

Empresário recolhe dinheiro para influenciar votação

BRASÍLIA — Enquanto os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) arregimentam apoio para o *Centrão* — movimento que tem como bandeira, subscrita por mais de 300 parlamentares, a mudança do regimento interno da Constituinte, de modo a tornar possível a substituição de capítulos inteiros do texto aprovado na Comissão de Sistematização —, empresários juntam dinheiro para a ofensiva final em favor de seus interesses na Constituinte. Um grande empresário, adversário dessa prática, diz que a soma vai chegar aos 5 milhões de dólares.

A reunião da União Brasileira de Empresários (UBE) em Brasília, na noite de quinta-feira, tem várias leituras. A dura fala contra a Constituinte e o governo por parte de Antônio Oliveira Santos, presidente da UBE e da Confederação Nacional do Comércio, obedecia a um ritual de expiação. Oliveira Santos não estivera à frente das articulações contra a estabilidade, que acabou aprovada. Pressionado por suas bases, deu uma resposta na cerimônia de quinta-feira, quando se reuniram alguns dos maiores empresários do país.

Na mesma situação de dificuldade junto a seus filiados estavam outros dois líderes: Amury Temporal, da Confederação das Associações Comerciais, que também não participara da briga contra a estabilidade, e Ronaldo Caiado, da UDR. A união Democrática Ruralista assistiu à aprovação da estabilidade para os trabalhadores no campo, viu os camponeses ganharem os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos.

Advertência — De imediato não se percebe por que se recolhem fundos ou se "passa a tigela", na linguagem de um poderoso dirigente empresarial. É para, antes de qualquer iniciativa mais direta, pagar as despesas de um andar do Hotel Nacional, em Brasília, onde está instalado o QG da Frente da Livre Iniciativa. Conta um empresário que se está financiando estada, passagens aéreas e tudo mais de cerca de 20 técnicos vindos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e até da Amazônia para servirem na infra-estrutura do movimento.

Além do senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antônio Ermírio de Moraes deixou claro que não concorda com a mistura de política com dinheiro alto. Em seu discurso, ele lembrou que os empresários não são de extrema-esquerda, nem de extrema-direita, e que precisam corrigir os erros da Constituinte. Mas numa crítica — velada para os que não são do ramo, e claríssima para os que acompanham o que se passa nos bastidores dessa ofensiva — advertiu: "Não podemos, para corrigir um erro, incorrer em outro".

'Centrão' ameaça parar trabalhos

O *Centrão* ameaça parar os trabalhos da Constituinte caso o presidente Ulysses Guimarães rejeite o projeto de resolução através do qual o grupo pretende mudar o regimento para negociar uma nova redação dos capítulos referentes às ordens econômica e social. A ameaça está sendo feita pelos principais líderes do movimento, que já reúne mais de 300 assinaturas dos 559 constituintes.

Nunca, na história do parlamento e muito menos da Constituinte, se conseguiu reunir um contingente tão expressivo e com poderes para, teoricamente, redigir uma nova Constituição. Mas o grupo, apesar da hegemonia, quer negociar. Só que suas reivindicações, aparentemente modestas, contrariam os interesses dos chamados *progressistas* que estão conseguindo fazer prevalecer suas teses na Comissão de Sistematização.

O segredo desse sucesso, já tentado, sem êxito, pelo governo, deve-se ao fato de haver uma insatisfação generalizada dos que, depois de terem participado ativamente nas subcomissões e comissões temáticas, ficaram marginalizados do trabalho principal da Sistematização, como diz o deputado Ricardo Fiúza:

"Um parlamentar que apresentou uma emenda e lutou por ela nas subcomissões e comissões e a viu derrubada na Sistematização não tem o direito de aprová-la em plenário". E pergunta, fazendo um paralelo entre a maioria absoluta da Sistematização e a maioria da Cons-

tituinte: "Será que 47 dos 93 votos da comissão valem mais do que 280 votos do plenário?"

Esquerda assusta — O grupo resolveu canalizar esse inconformismo e partiu para um trabalho de mobilização cujo sucesso também se deve em grande parte ao fato de evitar o crescimento individual de líderes. "O Centro Democrático, por exemplo, fracassou por causa do estrelismo e vedetismo de alguns", afirma o deputado Luís Eduardo, filho do ministro Antônio Carlos Magalhães.

Além disso, nos valemos também do estardalhaço da esquerda. Isso assustou muito. As pessoas passaram a pensar que quem estava redigindo a Constituição era o José Genoíno (PT-SP) — reforça o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), ao revelar que as bases cobravam dos constituintes uma reação contra isso. "O Brasil detesta a esquerda porque ela assusta", garante Bonifácio.

O grupo repele o rótulo de conservador e diz expressar apenas a vontade da maioria do povo, que quer, segundo seus integrantes, uma Constituição moderna, mas realista. O poder de negociação, para isso, é evidente, como atesta Bonifácio de Andrada: "Nunca ninguém imaginou que o nosso Albano Franco (senador e presidente da Confederação Nacional da Indústria) fosse se aliar aos PCs para derrubar a liberdade sindical. E conseguiram. Então, em muitas coisas, nós sentaremos na mesa com Lula e outros parlamentares".

Quanto ao governo, quem responde é Ricardo Fiúza: — Nós exorcizamos esse negócio de substitutivo. Saulo Ramos (consultor-geral da República) nem chega perto. O movimento é independente. O deputado Sarney Filho está dizendo que não subscreveu a nossa lista porque é de centro-esquerda. Mas, na verdade, ele foi vetado do grupo, não por ele, que é um colega respeitado, mas porque iriam associar o grupo às tentativas frustradas do governo de querer fazer uma maioria aqui dentro. Então, não foi porque ele não quis.

— Nós exorcizamos esse negócio de substitutivo. Saulo Ramos (consultor-geral da República) nem chega perto. O movimento é independente. O deputado Sarney Filho está dizendo que não subscreveu a nossa lista porque é de centro-esquerda. Mas, na verdade, ele foi vetado do grupo, não por ele, que é um colega respeitado, mas porque iriam associar o grupo às tentativas frustradas do governo de querer fazer uma maioria aqui dentro. Então, não foi porque ele não quis.

Os moderados querem que o deputado Ulysses Guimarães permita a apresentação de emendas substitutivas para mudar vários artigos referentes às ordens econômica e social. Amanhã, o *Centrão* já deve apresentar para discussão interna as principais emendas. Em sua maioria, elas conseguem a unanimidade, mas os parlamentares querem negociá-las com as lideranças partidárias. O fundamental, para eles, é evitar a estatização e a intervenção do Estado na economia.

O coordenador da comissão temática do grupo, deputado José Lins, já selecionou os principais itens, cuja maioria coincide também com as aspirações do empresariado.

Dizem que nós defendemos soluções entreguistas. Ao contrário, somos nacionalistas. Um exemplo: a esquerda aprovou uma emenda que não inclui a plataforma continental dentro da soberania do país. E nós queremos incluí-la — diz o deputado Bonifácio de Andrada, que participa da comissão temática.

Eis os principais pontos defendidos pelo grupo: **Estabilidade** — Querem trocar a estabilidade por indenizações mais pesadas e proporcionais ao tempo de serviço. Achar que essa é a melhor pressão, pois o empregador teria que pagar um mês de salário por cada ano que o empregado tenha na empresa, além do FGTS e de outras indenizações a que o trabalhador tenha direito.

Recursos naturais — Pelo texto original, a União, os estados e os municípios terão participação nos resultados da exploração de recursos naturais. Com isso, uma simples olaria (fábrica de tijolos e telhas) tem que dividir os lucros com o governo. O grupo quer que



Daso Coimbra conferiu as assinaturas



Fiúza: a política organizada em fichas



Luís Eduardo (E) Fiúza e Amaral acompanham Lourenço (C) na entrega do documento a Ulysses

Luta tem nove pontos principais

Os moderados querem que o deputado Ulysses Guimarães permita a apresentação de emendas substitutivas para mudar vários artigos referentes às ordens econômica e social. Amanhã, o *Centrão* já deve apresentar para discussão interna as principais emendas. Em sua maioria, elas conseguem a unanimidade, mas os parlamentares querem negociá-las com as lideranças partidárias. O fundamental, para eles, é evitar a estatização e a intervenção do Estado na economia.

O coordenador da comissão temática do grupo, deputado José Lins, já selecionou os principais itens, cuja maioria coincide também com as aspirações do empresariado.

Dizem que nós defendemos soluções entreguistas. Ao contrário, somos nacionalistas. Um exemplo: a esquerda aprovou uma emenda que não inclui a plataforma continental dentro da soberania do país. E nós queremos incluí-la — diz o deputado Bonifácio de Andrada, que participa da comissão temática.

Eis os principais pontos defendidos pelo grupo: **Estabilidade** — Querem trocar a estabilidade por indenizações mais pesadas e proporcionais ao tempo de serviço. Achar que essa é a melhor pressão, pois o empregador teria que pagar um mês de salário por cada ano que o empregado tenha na empresa, além do FGTS e de outras indenizações a que o trabalhador tenha direito.

Recursos naturais — Pelo texto original, a União, os estados e os municípios terão participação nos resultados da exploração de recursos naturais. Com isso, uma simples olaria (fábrica de tijolos e telhas) tem que dividir os lucros com o governo. O grupo quer que

isso ocorra apenas em casos específicos, como a exploração de petróleo e outros recursos da plataforma submarina.

Fundo de seguridade — Como está, o fundo de seguridade é taxado pelo faturamento, pelo lucro e pela folha de pagamento da empresa. Isso está inserido em vários artigos do texto. Eles querem que o governo participe do fundo, até porque nem mesmo as empresas que têm prejuízos estão isentas desse taxamento.

Hora extra — Transferir este item para lei ordinária ou convenções entre patrões e empregados.

Estatização — O grupo quer *engurar* a atividade da União na área de produção, deixando apenas aquelas referentes à segurança nacional, mantendo, por exemplo, o monopólio do petróleo. Segundo o *Centrão*, a estatização está inserida de forma subliminar em praticamente todo o texto do projeto.

Jornada de trabalho — Querem o aumento da jornada já aprovada, mas admitem que este ponto é negociável, podendo aceitar a jornada de 44 horas.

Licença de gestante — O *Centrão* acha que a licença de 120 dias vai discriminar a mulher no mercado de trabalho. Prefere uma licença de, no máximo, 90 dias. Se possível, 60.

Desapropriação — O texto atual não especifica que a indenização deve ser paga em dinheiro. O *Centrão* exige que seja e quer isso explicitado no texto.

Reforma agrária — São várias as reivindicações, mas o ponto central é a imissão de posse, que pelo projeto do relator é concedida em 90 dias automaticamente, caso o juiz não tenha proferido sentença neste prazo.

E agora, depois da vitória, como manter a força?

Villas-Bôas Corrêa

A rebelião do plenário da Constituinte exigindo a modificação do regimento interno para permitir a apresentação de emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização está vitoriosa. O grande desafio que se apresenta para o *centrão* é preservar a unidade ou ao menos conservar maioria para a negociação de oito a 10 pontos essenciais.

A avaliação do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos líderes do Centro Democrático do PMDB, embrião das articulações que levantaram o plenário, parte do reconhecimento de que, para alterar o regimento, sobram votos. A maioria absoluta do plenário foi ultrapassada com folga: as assinaturas passam de 300 e devem acrescentar mais algumas dezenas até a apresentação do projeto de resolução à mesa da Assembléia, na próxima terça-feira.

Avalanche — O projeto de resolução está redigido na sua forma inicial de uma proposta de luta e, portanto, radical. Pelo texto original, o anteprojeto pode ser modificado em 1ª e 2ª discussão, com apoio da maioria absoluta (280 votos), através de emendas substitutivas, aditivas e supressivas a títulos, capítulos, seções, artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

Quer dizer: o plenário, pela maioria, pode fazer e desfazer o que entender.

É claro que se trata de uma proposta para o entendimento. Ou, se o acordo não se viabilizar, para aprovação na avalanche do rolo compressor do plenário rebelde, no desrespeito de suas frustrações, na forra da sua marginalização de oito meses de duras humilhações.

O presidente Ulysses Guimarães já se antecipa, admitindo emendas a artigos mas não a títulos, capítulos ou seções. E é por aí que deve transitar o acerto.

Mas, e depois?

As lideranças do *Centrão* estão conscientes de que o movimento congregou, num instante de emoção, as contradições do plenário, subitamente unificado por sentimento consensual de reação. Não há, entretanto, um programa, um documento, um compromisso explícito que pautem a ação comum no futuro.

A rigor, alcançado o objetivo da modificação do regimento interno com a derrubada da ditadura da minoria, o *Centrão* poderia dissolver-se na comemoração da vitória.

É claro que a hipótese está fora de cogitação. Apenas o direito de emendar o anteprojeto da futura Constituição não pode ser o exclusivo objetivo de uma articulação que está virando a Constituinte pelo avesso, restabelecendo o direito da maioria.

Só de daqui para a frente o caminho é mais difícil, bifurcando-se em atalhos, repleto de obstáculos.

Intacto, o *Centrão* não se sustentará. Algumas defecções estão previstas como inevitáveis, dependendo de cada tema, de cada item a ser modificado.

Por isso mesmo, a disposição é reduzir ao mínimo as reivindicações que possam ser propostas pelo *Centrão* pousado na maioria absoluta. E daí o cuidado de excluir o polêmico para identificar o consensual. O sistema de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, por exemplo, são tabus para o comando do movimento. Pela simples razão objetiva de que qualquer dos dois está carregado de explosivo bastante para implodir o grupo.

Como é notória a posição conservadora de uma articulação que assumiu a sua identificação como centro, os alvos que estão sendo mirados agrupam-se, todos, nos avanços sociais do anteprojeto da Comissão de Sistematização.

Ainda assim, com muito espaço para a negociação. A investida contra a estabilidade não pretende a revogação sumária mas admite o debate em torno de fórmulas alternativas, como a indenização que dificulta a demissão. E assim, em cada um dos oito a 10 pontos nevrálgicos.

Pois que, na véspera da vitória, o *Centrão* se retrai diante do risco oposto de uma radicalização que paralise a Constituinte ou que resulte numa Constituição empedernidamente conservadora. E a transição, frustrada, desemboque num movimento de contestação liderado pelas esquerdas e com adesão da sociedade.

Ricardo Fiúza

Alergia ao rótulo de direitista

Bob Fernandes

Nesta semana em que os maiores empresários do país se transferiram para a capital, num cerco às decisões da Constituinte, um personagem se destacou na articulação do *Centrão*, como ficou conhecida a aliança interpartidária de parlamentares de centro e direita empenhados em modificar o regimento da Constituinte: Ricardo Fiúza, 48, empresário e fazendeiro, deputado do PFL pernambucano. Para ele, "a Comissão de Sistematização é de esquerda radical". Acusado de ser de extrema-direita e porta-voz dos militares, Fiúza se defende: "Sou um social-democrata. Ser chamado de direitista, extremista, dói muito, incomoda demais".

Advogado, casado com Ilze, pai de quatro filhos, plantador de sorgo e arroz, criador de gado nelore e deputado federal há 17 anos, na quarta-feira, em plenário, Fiúza deu um tapa no peito do líder do PC do B, Haroldo Lima (BA). Depois, explicou: "Ele é um fanático, nos xingou de ladrões, corruptos, e eu não admito isto. A maioria dessa esquerda é de uma burrice cativante, são uns imbecis que, na verdade, nunca leram Marx".

Asneiras — Ele, professor de Direito, mantém em seu apartamento uma biblioteca de 3 mil volumes, que abriga desde ensaios anti-marxistas de José Guilherme Merquior a um manifesto do PCB de 1930. Fiúza, que articulou o *Centrão* em companhia dos deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), se define como "anticomunista ferrenho", mas garante: "Aceito a convivência com eles, pois sou pluralista, ao contrário deles".

Em toda extensão de uma parede de seu apartamento, Fiúza mantém um arquivo com 600 mil fichas. Ali está uma indicação de todo e qualquer personagem político ou assunto polêmico dos últimos 17 anos. "Quando as esquerdas, ou quem quer que seja, falam aquelas asneiras, eu posso dizer é mentira, o que se passou foi isto aqui, na data tal".

Para provar que não é "de extrema-direita como dizem alguns", o deputado pernambucano abre um livro de encadernação vermelha, no qual estão todos os seus discursos no Congresso. De fato, em outubro de 1974, ele protestava contra a "camisa de força do bipartidarismo" e pedia a "liberação dos partidos". No mesmo ano, em novembro, pediu "o fim do AI-5, do decreto-lei 477 e dos demais atos institucionais".

O deputado não dá nomes, mas diz: "De direita são os que querem manter o status quo e não os. Sou um inconformado com a brutal diferença de renda, com a pobreza". A fórmula ideal, para ele, é "a ascensão social", e acredita que isso só é possível com um regime de livre iniciativa. Jura o deputado ser favorável à reforma agrária nos "latifúndios improdutivos, mas não nas terras produtivas". Defende também a abertura ao capital internacional, "dentro das regras do mundo de hoje".

Por que, então, sua fama de direitista extremado? Só porque apoiou Paulo Maluf em sua candidatura à presidência da República? "Eu não o apoiaria de novo. Ele é um bom administrador mas não tem paciência para o artesanato da política e me chama de direitista porque tem jornalista que não gosta de mim, e fica inventando que faço reuniões em casa com militares", afirma.

Demagogia — Fiúza não diz quem escreve sobre suas reuniões com militares, mas recorda que foi relator da subcomissão que tratou do papel das Forças Armadas. Sobre a definição dos limites de atuação dos militares, diz: "Se eles quiserem dar um golpe, não será a Constituição que impedirá. E, em 64, os covardes têm hoje medo de dizer isto, eles entrevistaram porque o país vivia no caos, na falta de governo e autoridade". Fiúza não fazia política nessa época.

Defensor do presidencialismo e de um mandato de cinco anos para Sarney, Fiúza afirma, no entanto, que "falta autoridade a um governo que não tem definições na economia nem na política". Católica, faz questão de dizer que sua igreja "não é a igreja dos padrezinhos radicais de esquerda", nem dos missionários que, "disfarçados de defensores dos índios, fazem o jogo dos multinacionais do estanho".

Seus candidatos à presidência da República são o ministro Aureliano Chaves (PFL-MG) e o senador Marco Maciel (PFL-PE). Sua visão da economia é "limitar o Estado às suas funções típicas de planejador, fiscalizador e disciplinador da sociedade civil, e efetivar uma privatização nos níveis do que está sendo feito na Inglaterra".

O principal articulador do *Centrão* acha o ex-governador Leonel Brizola "um demagogo perigoso", o senador Mário Covas (PMDB-SP) "um provinciano" e Luís Inácio da Silva, Lula, "um primário" — mas diz que respeita o líder do PT. Leitor do Padre Vieira e de Machado de Assis, Fiúza lê atualmente a *Teoria das dominações legítimas*, de Max Weber. Diz que filmes de Federico Fellini, Ingmar Bergman e outros do gênero não lhe agradam.

— Isso é para pseudo-intelectuais de esquerda.

O de que não gosta, além do comunismo, é de "demagogia, subversivência, tomate e cominho". E menos ainda de ser chamado de direitista. Eduardo, seu motorista há 10 meses, revela:

— O deputado anda muito chateado. Diz que o pessoal nunca consegue entender a idéia política dele. Acha que é uma coisa e o pessoal fala que ele é outra.